

POLÊMICAS LINGUÍSTICAS OITOCENTISTAS: CONTRADIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ DE ALENCAR

Thiago Zilio-Passerini ¹

RESUMO

A reafirmação identitária do pós-independência no Brasil também tangenciava questões linguísticas. Desde então, os autores passaram a registrar, em suas criações literárias, certos “brasileirismos”. Por essa razão, José de Alencar recebeu inúmeras críticas, principalmente de Pinheiro Chagas. No entanto, antes da publicação de seus primeiros romances, o próprio Alencar foi contendor de seu contemporâneo Gonçalves de Magalhães. O presente trabalho tem como objetivo verificar as contribuições e as contradições do romancista, com relação à defesa de um português “brasileiro”, considerando as questões linguísticas em voga no século XIX. Para tanto, analisou-se um *corpus* composto pelos seguintes textos: “Cartas à Confederação dos Tamoios” (1856); “Poscrito” (1865) e “Pós-Escrito” (1870). As bases metodológicas fundamentam-se nos preceitos da Historiografia Linguística, seguindo os postulados de Koerner (2014 [1995]), Palma (2013) e Swiggers (2009; 2010). Os resultados mostram que o pensamento alencariano, como o de muitos de seus contemporâneos, apresentava algumas inovações, embora pendesse, em diversos momentos, para uma postura tradicional.

Palavras-chave: Historiografia Linguística, José de Alencar, Polêmicas linguísticas, Século XIX.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 1872, José de Alencar encerrava o prefácio de *Sonhos d'ouro* com o seguinte questionamento: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera? ”. No texto, o autor tratava, entre outros assuntos, do trabalho dos escritores na criação de uma literatura verdadeiramente brasileira e, nessa empreitada, o registro das particularidades do português brasileiro desempenhava papel relevante.

Por essas e outras razões, o autor de *Iracema* é conhecido como um dos grandes paladinos do *português brasileiro*, em uma época na qual as opiniões sobre a existência

¹ Doutorando em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, thizilio@yahoo.com

e a identidade do português do Brasil foram sempre motivo de polêmicas. No entanto, em consonância com o próprio clima de opinião, que oscilava entre atitudes mais e menos conservadoras, o próprio Alencar apresentou uma postura contraditória, embora não menos relevante para o contexto.

Partindo dessa premissa, o presente estudo tem como objetivo verificar as contribuições e as contradições de José de Alencar no que concerne à defesa da existência de um português brasileiro, considerando as questões linguísticas em voga no século XIX. Para tanto, partiu-se dos postulados da Historiografia Linguística, seguindo as orientações de Koerner (2014 [1995]), Palma (2013) e Swiggers (2009, 2010).

O *corpus* analisado compõe-se dos seguintes textos: *Cartas à Confederação dos Tamoios* (1856); *Poscrito* (1865) e *Pós-Escrito* (1870). Visando à consecução do escopo da pesquisa, o artigo divide-se nas seguintes partes, além das considerações iniciais e finais: breve consideração sobre a Historiografia Linguística; contextualização do autor no universo das polêmicas oitocentistas; panorama do pensamento linguístico do século XIX; e a análise da documentação selecionada.

A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Antes de se apresentar o conceito e os objetivos da Historiografia Linguística, doravante HL, é necessário destacar a concepção de *historiografia* dentro desse campo investigativo. Para Swiggers (2009), o termo deve ser entendido como “o processo de descrição e de compreensão de todos os produtos assim como do ofício que constituem e caracterizam a (história da) disciplina em questão”.

As ações de descrever e compreender são essenciais ao trabalho do historiógrafo, no sentido de reconstruir o passado dos estudos de orientação linguística e de relacionar tais estudos ao meio em que foram criados. Além do mais, verifica-se a repercussão desses produtos no presente e estabelecem-se projeções para o futuro. Diante disso, a HL configura-se como

[...] uma disciplina que se debruça sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, mostrando suas contribuições no passado e sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e a explicá-lo (PALMA, 2013).

Com relação ao termo *linguístico*, deve-se ter em mente que o foco do historiógrafo não recai apenas sobre os estudos produzidos a partir do século XIX, considerado o berço da Linguística. Pelo contrário, interessa-lhe todo e qualquer estudo com foco na linguagem, uma vez que ela sempre despertou a curiosidade humana, obedecendo ao clima de opinião vigente à época.

Partindo desse pressuposto, além do componente linguístico, outros coexistem no interdiscurso historiográfico. Assim, “a *historiografia linguística* [...] promove um diálogo não só entre o passado e o presente, como também entre diferentes ramos do conhecimento, essenciais à compreensão dos documentos em sua totalidade” (PALMA; ZILIO-PASSERINI, 2020, grifo dos autores).

Acerca do método, Koerner (2014 [1995]) preconiza uma análise historiográfica baseada em três princípios: o da contextualização, o da imanência e o da adequação. No primeiro, o pesquisador procede ao levantamento do clima de opinião da época em que o documento foi produzido. No segundo, passa-se ao exame do documento, com base no conhecimento produzido naquele contexto. No terceiro, pode-se promover um diálogo entre as ideias contidas nos documentos analisados e as vigentes no tempo em que se encontra o historiógrafo.

De acordo com Swiggers (2010), o labor historiográfico parte de uma *fase heurística*, na qual o estudioso faz um levantamento documental das fontes a serem analisadas, bem como de outros materiais *meta e epi-historiográficos*, e chega a uma *fase hermenêutica*, em que o conhecimento é interpretado e reconstruído. Ao longo desse processo, procede-se a uma *análise argumentativa do corpus*, bem como a uma *síntese histórico-comparativa* dos principais aspectos levantados no decorrer do trabalho.

O POLÊMICO JOSÉ DE ALENCAR E AS POLÊMICAS DO SÉCULO XIX

O século XIX é considerado um período de transformações no Brasil, motivadas por uma série de fatos que vão desde a Independência, passam pela Abolição da Escravatura e chegam ao advento da República. No cerne desse processo, o nacionalismo toma forma, sobretudo a partir do Romantismo. Segundo Cândido e Castelo (1997), o movimento coincide “com o momento decisivo da definição da nacionalidade, com propósitos expressos de reconhecer e valorizar o nosso passado histórico, embora recente [...]”.

No mesmo período, assiste-se ao florescimento das chamadas polêmicas. De acordo com Bueno (2005), elas visavam a “defender ou estabelecer uma verdade contra opiniões consideradas falsas por cada contendor” e figuravam como “duelo de verve e de inteligência verbal, contenda virtuosística, apreciada mais pelos meios do que pelos fins, despertando uma atenção quase que esportiva por parte dos leitores”. Como se pode perceber, as polêmicas passaram a movimentar o cenário intelectual da época e estendiam seus domínios a um público mais amplo, sobretudo aos leitores dos jornais nos quais os textos polêmicos costumavam circular.

Acerca do surgimento desse gênero que vigorou principalmente na segunda metade do Oitocentos, o autor assim se pronuncia:

Embora possamos encontrar algo do espírito polêmico em momentos muito anteriores, como nas diatribes de Gregório de Matos, o Boca do Inferno, ou nas *Cartas chilenas*, ou popularmente e por um indeterminado período de tempo, nos fabulosos desafios da poesia popular, o seu momento inaugural, na regra do gênero, deflagra-se entre nós com a publicação de José de Alencar, em 1856, das oito *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, sob o pseudônimo de “Ig” (BUENO, 2005)

Merece destaque o fato de ser justamente José de Alencar o precursor das polêmicas no Brasil. Na época da publicação das *Cartas*, ele atuava no *Diário do Rio de Janeiro* como redator. Foi nesse jornal que publicou, ainda em 1856, o seu primeiro romance – *Cinco Minutos* –, sob a forma de folhetim. Um ano mais tarde, *A Viúva* e *O Guarani* sairiam no mesmo formato, alcançando grande êxito. Além disso, a polêmica alencariana instaurada sobre a obra de Magalhães serve-lhe de “plataforma de lançamento da ideia de Indianismo e de sua personalidade literária, marcando época, como poucas vezes mais tarde se repetiu entre nós” (BUENO, 2005).

DEBATES EM TORNO DA LÍNGUA

No que tange ao conhecimento linguístico, o Oitocentos representou um período de grande inconsistência. Conforme assinala Pinto (1978), os estudos empreendidos ao longo do século XIX davam-se ao gosto das polêmicas levantadas e, em grande medida, careciam de método e rigor. Do mesmo modo, o referencial teórico que afluía de diversas fontes – como Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Whitney, entre outros – não era interpretado com a devida acurácia, segundo a autora.

Ainda assim, é nesse período que se inicia a reflexão sobre o português brasileiro, e os intelectuais, *grosso modo*, reconheciam a existência de diferenças entre a variante aqui falada e a portuguesa. Sobre isso, Orlandi (2013 [2002]) textualiza:

[...]os nossos estudos de linguagem passam a ser uma questão caracteristicamente brasileira a partir do século XIX, quando se apresenta a questão do Português do Brasil e não somente a do Português. Nesse momento também começam a ser produzidas gramáticas brasileiras da língua portuguesa. Só então o estudo do Português passa a afetar de maneira particular a constituição das ideias linguísticas no Brasil. Antes, a questão desses estudos era predominantemente um modo de apropriação do Brasil por Portugal [...]

A gramatização firma-se no período, e, para Fávero e Molina (2006), o grande divisor de águas é Júlio Ribeiro, que publica a sua gramática em 1881. A partir dela, tem início o chamado período científico, de base histórico-comparativa, em concorrência com os estudos que circularam até então, baseados nas premissas da chamada gramática geral e filosófica.

Cavaliere (2000) distingue as linhas mestras que norteiam a produção de gramáticas da centúria em questão: a de base descritiva e prescritiva. Nas palavras do autor, seguindo os passos de muitos países europeus, esse caráter duplo “conferia à gramática o caráter de ciência, enquanto investigação do fato linguístico, e arte, enquanto exposição metódica do fato com interesse pedagógico”.

Acerca do português brasileiro, inúmeras foram as discussões levantadas, bem como as formas de classificar a variante em questão. De acordo com Pinto (1978, grifos da autora), as principais vertentes do pensamento linguístico oitocentista foram as seguintes:

[...]aceita-se a maioria dos seus conceitos, sobretudo o que diz respeito à *diferenciação da fala* [...]; reivindica-se maior legitimidade na herança do passado português quinhentista; mantém-se, nas investigações, sempre predominantemente fonológicas e léxicas, a mesma atitude apriorística, de documentar pela evidência, por fatos notórios, a realidade linguística brasileira; mantém-se também, pelo menos até a última década do século, o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos [...]

De modo geral, podem-se destacar duas correntes principais entre os estudos da época: uma que apregoava a unidade linguística, embora aceitasse haver algumas diferenciações entre as variantes brasileira e lusitana; outra que reivindicava certa autonomia para o português brasileiro, como reflexo do sentimento nacionalista. Entretanto, nem mesmo os defensores dessa segunda visão tinham uma posição definida

sobre os limites dessa autonomia, e seu discurso oscilava entre a subserviência à gramática e a aceitação dos chamados *brasileirismos*. José de Alencar pode ser considerado um representante dessa inconstância, como se verifica a seguir.

CONTRADIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ DE ALENCAR

A fim de entender a postura adotada por Alencar, é necessário retornar ao Romantismo, movimento ao qual o autor se filia. Segundo Lima Sobrinho (1958), a partir da publicação de *A Confederação dos Tamoios*, pode-se considerar “o início de uma nova fase, na evolução da causa da emancipação, assinalando não apenas o sonho da independência, que vinha com *Os Suspiros Poéticos*, mas o pensamento de uma autonomia literária mais definida, em face de Portugal”.

Todavia, Gonçalves de Magalhães ainda se via preso ao modelo europeu e, na prática, o poema épico por ele escrito não foi capaz de instaurar efetivamente a literatura brasileira pretendida. Por essa razão, a obra gerou uma série de críticas dos intelectuais da época e, conforme já dito, José de Alencar foi um dos primeiros a comentar o trabalho de seu coetâneo e, com isso, inaugurou o gênero polêmica no Brasil.

As cartas, como também já se mencionou, foram publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*. Na ocasião, eram assinadas por Ig, pseudônimo em referência a *Iguassu*, a heroína do poema. No fim do mesmo ano, as missivas foram compiladas em um livro, no qual o autor revela sua identidade. Ademais, na parte inicial da obra, intitulada *Notas*, ele assume que seu objetivo era fazer algumas *censuras* relacionadas “à *grammatica*, ao *estyllo* e à *metrificação*” (ALENCAR, 1856, grifo nosso).

Nesse momento, já se pode pressupor que um dos seus intentos era discorrer sobre as inadequações linguísticas de Magalhães. Isso se confirma na segunda nota do livro, na qual é feita uma síntese de alguns problemas gramaticais encontrados na *Confederação dos Tamoios*. A primeira observação direciona-se às inovações, contra as quais Alencar se manifesta: “Em um dos artigos mencionei a frase-o índio *deslisa a vida*, como uma inovação que não julgo bem cabida por ser contra a etimologia da palavra, e por haver na língua portuguesa muitas expressões apropriadas” (ALENCAR, 1856)

Noutro momento, a crítica se torna ainda mais contundente. O contendor chega a dizer que uma das criações de Magalhães era um verdadeiro “atentado contra a gramática”:

A mesma observação se pôde fazer a respeito da frase revolver as cordas de uma barpa em vez de tanger ou vibrar (pag, 11): não é possível aplicar semelhante verbo ao movimento que se faz tocando um instrumento qualquer de-cordas. O celebre verso onomatopaico á pag 24, esse verso tão elogiado pelos admiradores do poema, é um novo attentado contra a grammatica (ibid).

Por meio dos fragmentos, nota-se que a sua postura pouco diverge do conservadorismo que sempre permeou os estudos linguísticos no Brasil. Nesse sentido, nem mesmo a aura de emancipação advinda do pós-independência e fomentada no Romantismo foi capaz de demover, àquela altura, o espírito de Alencar. A propósito, Lima Sobrinho (1958) afirma que, no quesito língua, os “mestres do romantismo tinham pela linguagem um culto apaixonado, que não lhes permitia atingir, com suas sátiras, ou as suas inovações, a essência sagrada do idioma”. Embora o historiador tenha se referido aos franceses, nota-se algo muito semelhante no Brasil.

Alguns anos mais tarde, José de Alencar torna-se alvo de críticas e, diante disso, seu discurso sofre uma mudança considerável. Em 1865, no célebre posfácio da segunda edição de *Diva*, o autor defende-se das acusações de que o livro *Lucíola*, lançado anteriormente, estava “eivado de galicismos”, assim como a primeira edição de *Diva*, na qual houve, de acordo com o próprio romancista, “segunda vez censura de galicismo”. Esses fatos o teriam motivado à escrita daquele *poscrito*.

De saída, ele assume que “que gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala²”. Partindo dessa premissa, apregoa que “a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo, já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução” (ALENCAR, 1891 [1865]). Mostra-se, portanto, favorável ao desenvolvimento da língua e justifica que a criação de novos termos para “exprimir os inventos recentes” é algo necessário, provavelmente em resposta à crítica sobre seus neologismos.

Mais adiante, faz um inventário de algumas das palavras utilizadas na obra. Para justificá-las, promove uma série de incursões ao latim, até mesmo no caso da palavra *elance*, que afirma não ser galicismo como diziam alguns de seus detratores, mas sim um termo puramente latino. Além disso, em alguns momentos, vale-se do argumento de autoridade do *Gênio da língua portuguesa*, de autoria de Francisco Evaristo Leoni, publicado em Lisboa em 1858. Nessa obra, Leoni procura estabelecer “as causas

² Os trechos extraídos dos textos de 1865 e 1867 estão em versão modernizada, uma vez que foram extraídos da antologia organizada por Edith Pimentel Pinto, em 1978.

racionaes e philologicas de todas as formas e derivações da mesma lingua”, segundo se pode ler no subtítulo da obra.

Nos dizeres de Pinto (1978), essa era uma atitude contraditória “ ‘de teórico a posteriori’, ao apoiar-se nos clássicos, na gramática e nos mais reputados dicionários, para legitimar usos seus”. Sobre a afirmação, pondere-se o fato de se tratar de um período ainda embrionário dos estudos linguísticos no Brasil. Por isso, a postura seria, em certa medida, justificável, considerando a atmosfera de oscilação de pensamento que pairava sobre os intelectuais da época. Todavia, ainda segundo a autora, o discurso alencariano tinha mais a ver com a “liberdade do artista em matéria de língua, que a independência da variante brasileira” (PINTO, 1978).

No mesmo ano, viria a lume o célebre romance *Iracema*, considerado o grande marco da prosa indianista. Após essa publicação, o autor seria alvo de novas críticas, dessa vez perpetradas por Pinheiro Chagas, em 1857. Na ocasião, o contendor português publicara a obra *Novos ensaios críticos*, na qual dedica uma parte à literatura brasileira e discorre, entre outros títulos, sobre a *lenda do Ceará*.

Na visão de Chagas, ao romancista brasileiro caberia a primazia, “o primeiro passo affeito na selva intrincada e magnificente das velhas tradições” (CHAGAS, 1857). Com isso, avançara naquilo que Gonçalves Dias teria feito, não fosse sua morte precoce: “inaugurado verdadeiramente a litteratura nacional do Brazil” (ibid). Sobre o uso de termos indígenas, o crítico português revela ter se inteirado de algumas críticas, embora não veja esses neologismos como negativos. Para ele, o problema da obra de José de Alencar e dos demais autores brasileiros era outro:

[...] a falta de correcção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma lingua differente do velho portuguez, por meio de neologismos arrojados e injustificaveis, e de insubordinações grammaticaes, que (tenham cautella!) chegarão a ser risíveis se quizerem tomar as proporções d'uma insurreição [...] (ibid.)

A resposta do autor brasileiro é dada no posfácio da segunda edição de *Iracema*, em 1870. Ele novamente advoga pela liberdade da língua, embora, na primeira parte do texto, trate de justificar seus usos ancorando-se sempre no latim, na gramática e também na já referida obra de Leoni. Na segunda parte, dirige-se diretamente a Pinheiro Chagas e chega a dizer que o crítico português fizera uma leitura equivocada da teoria de Max Müller.

Nesse momento, defende o papel dos escritores que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino labor” (ALENCAR, 1965 [1870]). Note-se aqui o uso da expressão “grosseiro dialeto do vulgo”, a ser lapidado pelo literato. Afora o juízo de valor presente na afirmação, comum a muitos de seus contemporâneos, destaca-se aquilo que Pinto (1978) considerou uma das principais contribuições de Alencar: “a profunda consciência da missão específica do artista ante o instrumento artesanal que é a língua”.

Ainda sobre a justificativa de seus usos, o romancista, em alguns momentos, se vale dos clássicos que ele mesmo repudia em outros momentos, no mesmo texto. Por exemplo, para explicar a omissão de um pronome que deveria acompanhar um verbo reflexivo, o autor cita a mesma ocorrência na obra *Clarimundo*, escrita por João de Barros no século XVI. Ademais, afirma ter igualmente procurado e encontrado “o remédio na gramática”: “A forma neutra do verbo não é outra coisa senão o retraimento da ação que ele exprime, a qual não passa de sujeito” (ALENCAR, 1965 [1870]). Isso mostra que, embora adote um discurso em favor da língua falada no Brasil, José de Alencar, na prática, não assume a brasilidade de seus “deslizes”; pelo contrário, recorre aos mais diversos manuais a fim de legitimá-los a todo custo.

Mesmo assim, há contribuições consideráveis do autor nesse texto. A primeira delas é a consciência de que o português brasileiro já se configurava como uma transformação da variante lusitana. Em suas palavras, havia a “tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal”. Além disso, assevera: “A revolução é irreversível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano etc; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos” (ALENCAR, 1965 [1870]).

Outro ponto, apontado por Pinto (1978), consiste na “tentativa de romper com o passado português, procurando valorizar, em contraposição, o uso de sua época, exemplificando com o seu próprio uso”. Isso se comprova quando o romancista afirma: “Não admira que um literato português note em livros brasileiros certa dissonância com o velho idioma quinhentista” e acrescenta: “O velho estilo clássico destoa no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidáveis [...] que não podem sentir nem descrever as musas gentis do Tejo ou do Mondego” (ALENCAR, 1870).

Essa tentativa de ruptura desemboca no “não reconhecimento (ou desconhecimento?) do caráter arcaizante da língua do Brasil – exatamente o argumento fundamental dos que pregavam a maior legitimidade do falar brasileiro, porque mais próximo do passado português mais prestigiado” (PINTO, 1978). Assim, nota-se que o autor se diferencia de muitos de seus coetâneos, o que será de grande valia para as gerações ulteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno ao Oitocentos permite a compreensão de uma série de questões que passam a fazer parte da ordem do dia dos eruditos. No âmbito das polêmicas intelectuais, muitas delas incluíam questões linguísticas, e José de Alencar é considerado o precursor do gênero, em crítica ferrenha a Gonçalves de Magalhães, por ocasião do lançamento da *Confederação dos Tamoios*.

Nas *Cartas* escritas sob o pseudônimo Ig, o contendor faz uma série de censuras à obra, relacionadas ao estilo, à métrica e à gramática, sobretudo aos neologismos. Anos mais tarde, o próprio Alencar torna-se alvo de críticas semelhantes: seus detratores o acusam do excesso de galicismos presentes em seus romances. Diante disso, a postura claramente tradicionalista dá lugar a um discurso em defesa da mudança da língua, que, no Brasil, já era bem diferente daquela falada em Portugal. Por isso, muitos consideram o romancista como um expoente da luta em prol da legitimidade do português brasileiro.

Entretanto, a breve análise empreendida de dois textos dessa segunda fase revela que o pensamento alencariano resvalava também na tradição gramatical e na menção aos clássicos contra os quais ele mesmo vociferava. Desse modo, antes de defender, na prática, uma língua brasileira, o autor tinha o interesse premente – e talvez principal – de justificar os seus usos e responder, com o respaldo da tradição, às acusações de incorreção que sofrera.

Com relação às contribuições, destaca-se o seu evidente compromisso com a liberdade do estilo e a caracterização de uma literatura efetivamente brasileira, que se concretizaria, na prática, décadas mais tarde. Nesse sentido, o autor também contribuiu para a conscientização do papel do autor no trabalho com a língua e, conseqüentemente, a modificação dela. Ademais, o autor faz considerações relevantes sobre o futuro do

português brasileiro e, com isso, afasta-se de muitos de seus contemporâneos por não sobrevalorizar as características arcaizantes do idioma.

Em suma, as contribuições de Alencar concentram-se muito mais na reivindicação de uma literatura genuinamente brasileira – o que, de certo modo, tangenciava a língua – do que na defesa efetiva do português brasileiro. Por essa razão, as suas contradições afastam-no consideravelmente da figura de paladino da língua falada no Brasil, à qual é constantemente associado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Cartas sobre a confederação dos tamoyos**. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Estado, 1856.

ALENCAR, José de. Poscrito. *In* ALENCAR, José de. **Diva**. 4.ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1891 [1865]

ALENCAR, José de. Pós-Escrito. *In* ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965 [1870].

BUENO, Alexei. Introdução. *In* BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (orgs). **Duelos no serpentário**: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

CÂNDIDO, Antônio; CASTELO, José Aderaldo. **Presença da Literatura Brasileira**: das origens ao realismo. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAVALIERE, Ricardo. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000.

CHAGAS, M. Pinheiro. **Novos ensaios críticos**. Porto: Casa da Viúva Moré Editora, 1867.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem na historiografia linguística [1995] *In* KOERNER, Konrad. Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados. Braga: Centro de Estudos em Letras/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

PALMA, Dieli Vesaro. Lições de português e a formação de futuros professores: a proposta de Souza da Silveira para o ensino da língua materna na perspectiva da Historiografia Linguística. In.: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. **Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários** [recurso eletrônico]. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, 2013, pp.224-233.

PALMA, Dieli Vesaro. ZILIO-PASSERINI, Thiago. As lições de Gramática de Luiz Antônio Ferreira: a proposta de uma gramática para o dia a dia. In PALMA, Dieli Vesaro; BASTOS, Neusa (orgs). **História entrelaçada 9**: língua portuguesa na década de 90: linguística, gramática, redação e educação. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1978.

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. **Revista Eutomia** - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010.

SWIGGERS, Pierre. La Historiografía Lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista argentina de historiografía lingüística**, I, 1, 67-76, 2009.

